



REFLEXÕES SOBRE A EDUCAÇÃO NO PENSAMENTO DE ARISTÓTELES

REFLECTIONS ON EDUCATION IN ARISTOTLE THINKING

SOARES, Frederico Fonseca¹

RESUMO

O presente trabalho busca, por meio de uma releitura das obras aristotélicas, em específico os livros *Ética a Nicômaco* e *Política*, traços, detalhes e menções que reproduzem o pensamento pedagógico de Aristóteles, ou seja, um pretensão plano ideológico do que seriam as teorias de Aristóteles sobre a educação, já que não existe um tratado específico do filósofo sobre esse assunto. Com a finalidade de garimpar particularidades pedagógicas do pensador nas obras mencionadas, poderemos perceber novos aconselhamentos e preleções para uma educação presente ou futura, estruturada no legado das teorias mais importantes e manifestas do filósofo estagirita.

Palavras-Chave: Educação; Aristóteles.

ABSTRACT

The present work through a rereading of Aristotle's works, specifically the books *Nicomachean Ethics* and *Politics*, features, details and particulars that reproduce the pedagogical thinking of Aristotle, namely an alleged plan that would be the ideological theories Aristotle on education, since there is no specific treaty on the subject of the philosopher. With the purpose of mining particular pedagogical thinker of the works mentioned, we can realize new counseling and lectures for an education or future structured in the most important legacy of the theories of the philosopher Aristotle.

Keywords: Education; Aristotle.

¹ Mestre em Comunicação Social com especializações em Marketing, Filosofia, Metodologia do ensino na educação superior e em Sociologia, graduado em Relações Públicas e executivo de relações públicas da Construtora Veicon Ltda. E-mail: frederico@fredericofonseca.com.br. CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0916370318506399>.



Introdução

Aristóteles (394 a.C. – 322 a.C.), o último grande filósofo grego, considerado o aluno mais brilhante de Platão, que, ao contrário de seu mestre, que era poeta e criador de mitos, Aristóteles tinha uma escrita sóbria e pormenorizada. Segundo Gaarder (1995), muito do que Aristóteles escrevia estava embasado em estudos realizados com extrema diligência. Criador de linguagens técnicas que são utilizadas até hoje, foi o grande sistematizador, o homem que fundou e organizou várias ciências. Suas teorias influenciaram profundamente o mundo ocidental.

Quando era aluno da escola de Platão, sua maior preocupação era o conhecimento obtido por meio da observação de fenômenos naturais, Aristóteles não ignorou nada ao seu redor, tudo se tornou motivo de estudos e descobertas. Além de filósofo e fundador de várias ciências, também teve seu lado pedagogo, primeiramente por ser professor e, depois, por se tornar fundador de uma escola, o Liceu. Porém, não existe uma obra específica de Aristóteles que trate diretamente da educação, mas podemos observar, nas obras do estagirita, que as suas concepções sobre o homem e suas orientações ao homem são sistemáticas, tendo como esteira do desenvolvimento humano a *polis*². Podemos exemplificar esse tópico com a axiomática afirmativa aristotélica de que “o homem é um animal político”, e, dentro das concepções do filósofo, o homem naturalmente se introduzirá e não viverá mais sem a sociedade. E esse homem, que teve sua construção como ser político ou social por meio de processos educativos, o que torna justificável buscarmos um aprofundamento em teses pedagógicas do filósofo, para podermos encarar a contemporaneidade identificando as diferenças e, assim, quem

² Podemos perceber a polis aristotélica com meio social também, não somente como meio político.

sabe, retomarmos as práticas das primeiras concepções organizadas de educação num dos maiores, se não o maior pensador do mundo.

Os esforços deste trabalho se concentram em reconstruir, de forma crítica, as concepções de educação em Aristóteles e perceber como essa educação edifica o sujeito político de Aristóteles. Para isso, vamos descrever o complexo que envolve a educação estruturando-se nas mais conhecidas perspectivas aristotélicas; vislumbrar o sujeito e sua trajetória educativa; perceber os traços característicos do pensador em questão, sobre a educação e as suas consequências no sujeito, além de buscar descobrir qual é o fim ou propósito da educação para Aristóteles.

Sobre a obra de Aristóteles, aparentemente, estão tentando descobrir quais foram suas reais intenções e proposições: a cada pesquisador uma releitura e uma nova teoria sobre as aporias aristotélicas, talvez pelo devir de concepções que afeta a todos os pensadores no curso de suas vidas, das primeiras incursões sobre o desconhecido à maturidade, inclusive em filósofos como o próprio Aristóteles. Aristóteles, que a princípio comungava das teorias duais de seu mestre Platão, tornou-se um dos seus maiores críticos. Às vezes, o pensamento de um mesmo filósofo pode ser, em determinadas épocas de sua vida, conflituoso e apresentar dicotomias de ideias, contraditórias ao primeiro discurso. A coerência interna de um filósofo pode não seguir uma linha reta, mas estrutura suas teorias em busca das respostas propostas, eis o motivo da escolha das obras *Ética a Nicômaco* e *Política*, por representarem um pesamento maduro do pensador.

As reflexões de Aristóteles, alicerce da organização do pensamento ocidental, não seguiram uma mesma linha desde o início, fixaram-se as mais importantes, segundo ele mesmo ou segundo seus



intérpretes e biógrafos, mas algo se fixou de forma unívoca, “aquilo que todos desejam” que segundo Aristoteles (2001), é a felicidade, que é encontrada agindo-se de forma moderada (meio-termo de ouro), virtuosa, sendo um cidadão livre e responsável, um pesquisador e filósofo.

Em Aristóteles (2001), agir de forma moderada, virtuosa e responsável em busca da felicidade é um tratado de ética e política; buscar entender o que “todos desejam” é uma pesquisa ontológica; saber que a felicidade se fundamenta na virtuosidade é epistemológico. Essa fundamentação teórica é o caminho mais racional para a busca da compreensão do comportamento humano e, conseqüentemente, a compreensão da organização social. Tentar descobrir o comportamento humano sem o estudo do ser, ou seja, sem a perspectiva ontológica e epistemológica, seria uma pesquisa incoerente, tendo em vista que tais áreas da filosofia são pré-requisitos para a compreensão do ser. E esse ser, ou sujeito, é edificado sempre pela educação, mesmo que não de uma forma tradicional como conhecemos, mas por meio de alguma relação com experiências, observações e imitações de outros indivíduos.

Contudo, de forma ampla, a educação é a transmissão de conhecimentos e, portanto, aprendizagem de conhecimento pronto, ou seja, uma relação de dependências entre os homens para gerar um intercâmbio com as pessoas em um ambiente social, em que o indivíduo descobre coisas por meios práticos, por reflexão e experimentação. A aprendizagem é um processo contínuo e dinâmico que ocorre durante toda a vida do ser humano e é por meio dela que o indivíduo se apropria de algo novo, aprende um novo conhecimento de modo que esse conhecimento faça parte dele. É unânime o entendimento de que a educação é a forma axiomática de civilizar, dar significado ao mundo, é o único meio de contextualizar o indivíduo na sociedade e construir nele um

caráter. Cabe agora entender como esse paradigma inexorável tem suas perspectivas em um dos filósofos basilares do pensamento ocidental.

Educação e formação do caráter em Aristóteles

O caráter é um complexo de identidade, personalidade e comportamento ético e moral: o ético nas perspectivas subjetivas, ou internas, e o moral, nas características de condutas sociais. Aristóteles (2001) tipifica duas espécies de virtude, a intelectual e a moral. As duas podem ser assimiladas ao complexo do caráter e, para Aristóteles (2001), essa virtude intelectual deve, em grande parte, sua geração e crescimento ao ensino e, por isso, requer experiência e tempo, e a moral é adquirida em resultado do hábito. Braga e Calazans (2001) afirmam que a sociedade reconhece pelo menos três locais de ensino, fora a escola: a família, a cultura e as aprendizagens práticas e nessa última o trabalho por exemplo. Podemos coincidir estes ensinos: família, cultura e aprendizagens práticas à moral proveniente do hábito de Aristóteles (2001), que completa com a afirmativa de que nenhuma dessas virtudes morais surge em nós por natureza. A natureza para Aristóteles (2001) nos dá a capacidade de recebê-las, e tal capacidade se aperfeiçoa com o hábito. Aristóteles (2001) pondera que recebemos as virtudes em potência³ e só depois são exteriorizadas pelo exercício.

O que estamos dizendo é confirmado pelo que acontece nas cidades-estados: Os legisladores tornam bons cidadãos por meio dos hábitos que lhes incutem. Esse é o propósito de todos os legisladores, e que não consegue lançar tal meta, falha

³ Na Teoria Aristotélica é algo que vislumbra possibilidades de tornar ou evoluir outra coisa, que seguindo essa mesma teoria, seria o ato. Como exemplo a semente (potência), que virtualmente possui a possibilidade de se tornar uma árvore (ato).



no desempenho de sua missão, e é exatamente neste ponto que reside a diferença entre a boa e a má constituição (ARISTÓTELES, 2001, p. 41).

Aristóteles (2001) acreditava que a virtude pode ser treinada e praticada em nossas relações com as outras pessoas, tornando-nos justos ou injustos. Para Aristóteles (*apud* Boto 2010), a virtude é a forma mais plena da excelência moral, por isso não poderia existir em seres em formação, como nas crianças, “Não parece possível que um jovem seja dotado de discernimentos” (Aristóteles *apud* Boto 2010 p. 26). A prática da virtude seria uma disposição de caráter e, para exercer a virtude, seria necessário treinamento ou exercício como mencionado anteriormente. Em Aristóteles (2001) a virtude é uma faculdade prática que não depende necessariamente do conhecimento teórico, mas é constituída pelo hábito, ou seja, pela repetição sistemática.

O caráter é forma plena da retidão, que só se é adquirida com a prática do bem e não depende necessariamente do conhecimento teórico, aquele ensinado na educação tradicional. Porém, em Braga e Calzans (2001), a educação não está apenas nas escolas, mas em um mundo sensível que cerca o indivíduo. Não seria prudente categorizar que o caráter não pode ser “ensinável”, pois, se ele é praticado, é porque houve uma origem, que podemos afirmar aqui que é proveniente de um saber teórico. Então, o caráter do indivíduo está indissolúvelmente ligado à educação e deve ser um silogismo cíclico, em que as questões culturais e sociais são partes fundamentais na evolução do caráter, já que este é aperfeiçoável. Aristóteles (2001) afirmou que recebemos as virtudes em potência, mesmo não dependendo de um processo formal ou, como disse o pensador, um conhecimento teórico e, depois, elas são exteriorizadas pelo exercício, ou seja, recebemos o “ensinamento” da virtude em forma de potência e é, por meio do

“exercício”, que a virtude se torna ato. Dentro destas questões: de qual forma deverá originar e como se desenvolverá, Aristóteles (2001) é categórico em “onde” deverá ocorrer o processo educativo, pelas mãos do Estado.

Educação como dever do Estado?

Segundo Aristóteles (In: Madeira, 2010), a educação é prioritariamente função do Estado, que deve inculcar os bons costumes, desde a tenra idade, nos seus cidadãos, pois esses bons costumes devem ser os mais adequados ao regime do governo pretendido. Pois bem, é por meio da educação⁴, que se dá significado a ações do homem no mundo, que humaniza e civiliza o indivíduo e é por meio da relação da criança com o professor, com seus semelhantes, mediados pela cultura que se constrói o cidadão social. Esse paradigma que é a educação, carregado de ideologias e parcialidades, dá significado à moral, às crenças, aos costumes, em suma, o Estado edifica o indivíduo social dentro de modelos preestabelecidos. É pertinente aqui evocar as considerações de Thomas Hobbes (1588 – 1679) em sua obra *Leviatã*⁵, que apresenta o Estado metaforicamente como uma entidade que se fortalece à medida que “devora” seus indivíduos. Parece antagônica a afirmativa, mas o Estado constrói culturalmente seus membros, de forma que estes ocupem seus espaços na sociedade de forma produtiva aos interesses dominantes, dependendo das necessidades momentâneas, ou resignadas e acríicas para servirem às mesmas necessidades. Mesmo a falta de educação é uma forma de educar seus cidadãos, como é o caso do contexto brasileiro atual.

A educação como responsabilidade

⁴ A educação referente à básica, da Educação Fundamental ao Ensino Médio.

⁵ Publicado em 1651, matéria, forma e poder de um Estado eclesiástico e civil, trata da estrutura da sociedade organizada.



do Estado é um problema, levando-se em conta as afirmativas acima. Mas, fazendo uma avaliação local, podemos perceber que a educação dos que têm melhores condições sociais está nas mãos da iniciativa privada. Segundo Aristóteles (2001), o Estado é responsável pelo bem comum, sabendo que na realidade brasileira isso pode parecer utópico, pois temos um estado que age para o interesse de poucos, que é o caso do neoliberalismo contemporâneo. Então, para os ricos, a educação privada, teoricamente, seria melhor, mesmo sendo carregada de parcialidade institucional, e para os pobres a educação propositada pelo Estado é largamente conhecida como de baixa qualidade. Nesse paradoxo educacional, como afirmou Madeira (2010), as pessoas embrutecidas e alienadas são facilmente manuseadas pelos que possuem uma qualidade intelectual mais bem estruturada, dando manutenção ao *status quo* de diferenças entre pobres burros e dominados e ricos dominadores.

De quem deve ser a responsabilidade da educação não é questão central deste trabalho, mas podemos afirmar que o Estado contemporâneo não educa; na verdade, deseduca para manter suas estratégias de alienação e massificação social, pelos motivos que foram citados anteriormente. Contudo, por outro lado, o ensino privado não tem os atributos aristotélicos para educar uma sociedade. Porém, de qualquer forma, no contexto de capitalismo neoliberal em que se vive na contemporaneidade, o indivíduo se educa para se tornar vendedor “livre” e “espontâneo” de sua força de trabalho. Nesse contexto, também no plano político, os mais bem “educados” têm condição de vender sua força de trabalho por valores mais altos, enquanto os menos “educados” se encontram relegados à situação de inexorabilidade social (MEKASENAS, 1994). Aristóteles (In: Madeira, 2010) deixa claro sua perspectiva sobre a responsabilidade de quem deve educar, porém suas afirmativas são anacrônicas,

tendo em vista a contemporaneidade e distinção de intenções. Sendo assim, é infrutífero se estender na perspectivas de responsabilidade de quem deve educar em Aristóteles, pois não trará uma doutrina aplicável. Vamos nos concentrar, portanto, nos fatores preponderantes que poderiam traçar uma pedagogia aristotélica aplicável.

A educação aristotélica

Para Aristóteles (2001), o homem é um animal político, ou seja, um animal social, que somente na cidade/estado pode ter uma vida plena, uma vida total, em consequência, o fim do homem se mistura com o fim da cidade, e o que vive fora da cidade é um degradado, degenerado ou um ser superior como um Deus. E a cidade vem antes do homem, como o todo vem antes da parte, e esse conjunto político participa de uma natureza, que é superior e completa. Essa concepção Aristotélica inaugura o termo “união orgânica” para definir o Estado, e essa relação simbiótica entre homem e Estado depois foi utilizada por Durkheim para construir suas teorias sociológicas. É essa idéia que norteia a educação aristotélica, em que as leis, que são fruto organizatório de um estado, apossam-se do homem desde seu nascimento e seguem-no até a morte. Segundo Hourdakis (2001), é nesse âmbito que se pode construir uma teoria pedagógica em Aristóteles, graças às atenções do legislador, em que se desenvolvem condições consideradas necessárias para a segurança do regime e para a saúde do Estado, que é garantida somente pela educação, que, segundo Hourdakis (2001), fornece uma unidade orgânica para a comunidade política. “[...] uma vez que o compõe a cidade é uma multidão de homens, é baseando-se na educação que ele deve adquirir sua unidade” (Aristóteles *apud* Hourdakis, 2001 p.22). Aristóteles (2001) observa que os homens têm necessidade de que lhes seja fornecido uma instrução correta, e que



ocorra não só quando jovens, mas por toda a vida. Aristóteles (2001) percebe que o homem precisa de uma educação continuada para acompanhar as necessidades do Estado. Tal perspectiva pode parecer muito contemporânea tendo em vista o acelerado devir das sociedades modernas, que exige aprimoramento constante dos seus membros ativos e, assim como hoje, apenas alguns participavam ativamente do antigo estado grego: homens livres (com a licença poética). Tal como na antiga Grécia, onde mulheres, crianças, escravos e estrangeiros não participavam da democracia, apenas o indivíduo ativamente econômico participa do estado atual, mas se tornam excluídos e marginalizados os economicamente impotentes. Desde os primórdios sociais, o homem consegue segregar seus semelhantes, a cada época com um discurso diferente.

Em suma, para Aristóteles (2001), somente pela educação o homem poderá desenvolver a mais importante de todas as ciências, aquela que tem o papel mais importante de gestão: a política, em que é absolutamente importante a elaboração de regras educativas que sigam o fim do Estado como organismo vivo, organismo que assegura o que é necessário para a vida do homem e que este tenha um desenvolvimento intelectual e moral melhor.

O método educativo Aristotélico

Aristóteles (2001) rejeita o dogmatismo no método educativo, que é sinalizado pelo pensamento crítico associado à dúvida. Hourdakis (2001) informa que Aristóteles, em seu método de ensino, apresenta primeiramente uma retrospectiva histórica, fazendo contrapontos do que os pensadores do passado já concluíram sobre determinado tema, isso ocorre porque o estagirita acredita que o conhecimento avança de geração em geração se tornando cada vez mais elevado. Segundo Hourdakis (2001),

Aristóteles segue uma metodologia “genético-indutivo”, ou seja, avança do específico para o geral, e por meio de um falsificacionismo popperiano⁶, revê, recicla e aprimora o assunto, porque Aristóteles assume que não é possível que o saber do homem tenha o mesmo grau de exatidão em relação a todo tipo de assunto.

A metodologia Aristotélica indica a maneira de pensar que o ensino deverá adotar sempre embasado em princípios e regras. Aristóteles (2001) utiliza-se do método dialético que Platão desenvolveu, porque o considerou mais adequado, pois sua argumentação lógica sob a forma dialética incorrerá na descoberta da verdade e no conhecimento das coisas, tudo pelo diálogo, que tem relação estreita com a metodologia de ensino. A metodologia Aristotélica, tal qual como se usa atualmente, parte de um problema, em que Aristóteles acredita que isso vá exercitar o espírito⁷ do aluno, construindo nele um pensamento abstrato. Tais conjuntos metodológicos abordam a educação como um procedimento para a vida toda, no âmbito de uma cidade educadora, que, segundo Hourdakis (2001), “o indivíduo é chamado a obedecer e dar ordens, julgar e participar das atividades políticas, sociais e artísticas” (p.48).

Uma particularidade da metodologia educacional de Aristóteles é também apresentada por Hourdakis (2001) como sendo o jogo. Segundo esse autor, Aristóteles acreditava que o jogo deve ser introduzido na educação da criança pelo legislador para ensiná-la sobre a vida política correta e afastá-la da indolência e da preguiça, tal característica é o estímulo articulado pela estratégia em forma lúdica para formar os futuros homens da vida pública.

⁶ Teoria criada por Karl Popper propõe que qualquer observação contrária falsifica a lei geral, ou seja, se não pode provar que a lei geral é verdadeira, pelo menos, pode-se provar com certeza que não é.

⁷ Pode-se interpretar como cognitivo também.



A Educação para a felicidade

Tanto para Aristóteles quanto para Platão, a educação moral, correta e sadia de seus cidadãos é elemento indispensável na infra-estrutura do Estado a fim de alcançar seu fim supremo: a felicidade de todos (HOURDAKIS, 2001). Para tal é necessário que se definam o objetivo e a finalidade de cada uma de suas ações e que se encontrem as atividades adequadas que os conduzirão a esse fim. Tal como especificado por Aristóteles de que os cidadãos devem cada um ocupar seu espaço social, tanto nas artes quanto na ciência, para a busca da felicidade suprema, fizeram-se também presentes nas teorias de Durkheim (2007) da solidariedade orgânica, em que a sociedade é como um organismo vivo e que, para prevalecer, deve funcionar num sistema síncrono de interdependência para um bem maior. Esse bem maior da sociologia de Durkheim que pode ser entendida como a felicidade de Aristóteles reforça a importância do pensamento aristotélico na construção do conhecimento científico em todas as áreas.

Ainda nas perspectivas de Hourdakis (2001), a felicidade aristotélica é a ação perfeita e o exercício da virtude, pois a felicidade do Estado não é fruto do acaso, mas das ações e do saber dos seus cidadãos, e a felicidade em conjunto não existe se não a houver em separado. Se cada um for feliz e evidente pela equidade, em resultado, todos serão evidentes pelas equidades e, consequentemente, o Estado também o será. E para que os cidadãos alcancem isso, a natureza (*physis*), o hábito (*ethos*) e o raciocínio (*logos*) devem estar em acordo. Essa sequência de pensamento aristotélico, por ele chamado de *eudemonismo* só pode ser obtido por meio da educação.

Para Aristóteles (In: Hourdakis 2001), a felicidade não é a virtude, é o exercício da virtude que leva à felicidade. A felicidade não é o prazer, o prazer é a consequência da felicidade; a felicidade não é a riqueza, a

riqueza é meio para se alcançar a felicidade. O homem é feliz quando consegue chegar ao mais alto grau de rentabilidade, a atividade humana, ou seja, a moral aristotélica admite a indispensabilidade do acúmulo capital para o alcance da felicidade. “Não é possível a um homem que vive na pobreza ou a quem se tortura na roda ser feliz” (ARISTÓTELES In: HOURDAKIS, 2001 p. 52), o homem se eleva ao ideal moral por meio das posses materiais indispensáveis.

Todos esses ensinamentos aristotélicos para a busca da felicidade podem ser comuns a todos os homens, pois podem alcançar a virtude por meio de algum aprendizado, exercício ou prática. Essa é a explicação aristotélica de que a felicidade é o resultado do esforço e não do acaso, o acaso fornece apenas instrumentos necessários para o bem viver.

Considerações Finais

A análise conceitual de Aristóteles é tão pormenorizada que ele chega ao ponto de descrever com deve ser o andar de um homem magnânimo: “é mais próprio de um homem magnânimo um andar lento, uma voz profunda e uma entonação uniforme” (ARISTÓTELES, 2001 p.93). Hourdakis 2001 informa que Aristóteles teria escrito um livro chamado “Da educação” que se perdeu no tempo. Pelo que vimos da diligência de Aristóteles em descrever suas proposições, imagina-se que tal livro traria uma pedagogia riquíssima em detalhes, é impossível reconstruir uma teoria completa embasado apenas em seus trabalhos preservados, mas suas máximas sobre ética, política e felicidade são a representação do seu pensamento único e, embasado em tais axiomas, podemos fazer uma razoável e despretensiosa reconstrução do que seria um esboço do livro “Da educação” de Aristóteles.

Aristóteles (2001) relembra um silogismo platônico “estamos no caminho que parte dos primeiros princípios ou no



que se dirige a eles?” (PLATÃO **In: ARISTÓTELES**, p. 20). Neste trabalho, dirigimo-nos ao caminho dos “primeiros princípios”, reconstruindo o pensamento aristotélico no que tange à educação. Não sabemos efetivamente se o que Aristóteles pensava sobre educação está expresso nos textos deste trabalho, contudo podemos supor que suas orientações sobre a conduta humana não tenham tomado rumos distantes de suas máximas sobre ética e política. Na problematização deste trabalho, foi questionado quais seriam as características ou especificidades mais relevantes ou expressivas na pedagogia aristotélica, em suma, partimos do pressuposto de que a pedagogia estagirita não apresentaria muitas divergências de suas afirmativas mais conhecidas, nem apresentaria uma inovação ou perspectiva distante do conhecido sobre assuntos educacionais, pois percebemos nas afirmativas aristotélicas uma linha de pensamento maduro que se estrutura em vertentes bem definidas de pensamentos, próprios do pensador estagirita.

A educação aristotélica parte da dúvida, ou seja, estrutura-se na pesquisa como forma educacional. Esse método pedagógico objetiva levar o aluno à aquisição do conhecimento e da ciência por meio da observância do questionamento, ou seja, do porquê no fenômeno; esse porquê é estruturante na metodologia pedagógica de Aristóteles. Segundo Hourdakís (2001) a educação estagirita não partirá da certeza, mas da dúvida (*apories*), sendo assim tripulo o objetivo de o educador: exercitar o pensamento abstrato do aluno a fim de ser facilitada a argumentação como forma de resolução dos problemas; construir referências reunindo diferentes temas e assuntos gnósticos, para facilitar o desenvolvimento de argumentos; e por fim conduzir à pesquisa filosófica, formulando dúvidas sobre cada coisa, submetendo-os à prova lógica de cada problema criado, tornando assim legítima a certeza de cada

caso.

Para Aristóteles, não só a natureza movimentada as mudanças, o devir das coisas, mas também o fenômeno da educação (HOURDAKIS 2001). É pela educação que se formarão os cidadãos por inteiro, é a educação que age, molda e determina o sujeito. “A matéria tende para a forma, deseja-a, pois é por meio dela que a matéria se aperfeiçoa e toma forma” (Ibdem, p.94).

Em linhas gerais, a educação tem papel basilar nas teorias aristotélicas, pois é por meio dela que se forma o indivíduo para a política e é, na política, que se alcança a felicidade para todos, e é pela educação que se orienta o indivíduo para ocupar seu papel no Estado, construindo a sociedade orgânica. É pelo diálogo, pela criação do pensamento abstrato, pelo jogo, pela filosofia, pela pesquisa e pelo porquê do fenômeno na busca da sua compreensão legítima que se constrói o cidadão culto, ativo e político de Aristóteles.

Referências

- ARISTOTELES. **Ética a Nicômaco**. São Paulo: Martin Claret, 2001.
- ARISTOTELES. **Política**. São Paulo: Martin Claret, 2001.
- ARISTÓTELES. **In: COLEÇÃO Os Pensadores**. São Paulo: Nova Cultural, 2004.
- BOTO, Carlota. **A ética de Aristóteles e a educação**. Disponível em: <<http://www.hottopos.com/videtur16/carlot a.html>> Acesso em: 21 out. 2010.
- BRAGA, José Luiz Braga; CALAZANS, Regina. **Comunicação e Educação**. São Paulo: Haker, 2001.
- HOURDAKIS, Antonie. **Aristóteles e a educação**. São Paulo: Loyola, 2001.
- MADEIRA, João. **Tópicos de problemas filosóficos 1**. Batatais, 2010.
- MEKASENAS, Paulo. **Sociedade, filosofia e educação**. São Paulo: Loyola, 1994.